EDUCAÇÃO ONLINE
PUC-RIO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio

Volume 20, Número 48, 2025 **Rio de Janeiro, PPGE/PUC-Rio**

Apresentação da seção temática: Entendendo as relações entre desigualdade e discriminação na educação: um desafio internacional atual

Choukri Ben Ayed
País Université de Limoges, Limoges – França

Alicia Bonamino
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – Brasil

Cynthia Paes de Carvalho
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – Brasil

Compreender como as desigualdades educacionais e a discriminação estão inter-relacionadas em diferentes contextos nacionais e subnacionais é o propósito deste dossiê. O objetivo é abrir um espaço de debates científicos sobre as relações entre desigualdade e discriminação, examinando quatro contextos nacionais: França, Brasil, Chile e Argentina. As diferentes contribuições baseiam-se nas principais constatações e análises relacionadas à desigualdade e à discriminação provenientes de pesquisas realizadas nesses quatro países desde os anos 1950-1960 até os dias de hoje, com foco especial nas últimas décadas. Os artigos analisam as relações entre os resultados e as agendas políticas dos projetos de transformação das escolas ou de democratização da escolarização nos diferentes contextos nacionais. O foco de atenção e reflexão especial serão as principais questões e estratégias políticas desenvolvidas em resposta às limitações percebidas nas transformações realizadas e nos problemas educacionais recém-identificados, especialmente a partir da década de 1980.

As desigualdades escolares foram "descobertas" pela primeira vez nas décadas de 1950 e 1960 em todos os quatro países, com resultados e explicações relativamente consistentes. Dado o impacto da circulação do conhecimento, as desigualdades foram inicialmente atribuídas principalmente à falta de infraestrutura escolar e à desigualdade de recursos e ambições das famílias. Elas dão origem a interpretações mais ou menos convergentes, como a teoria da reprodução na França ou, de forma mais ampla, as abordagens conflitualistas desenvolvidas nos Estados Unidos. No entanto, a compreensão dos recursos envolvidos varia de acordo com o país: ela se amplia mais ou menos

rapidamente para considerações espaciais relacionadas, em especial, a áreas rurais isoladas ou a centros urbanos que vivem situações de extrema pobreza e, posteriormente, a fatores inerentes à origem étnica ou racial dos alunos. Há muita convergência e similaridade nas principais medidas implementadas para tornar a escolarização obrigatória e, depois, para reduzir as desigualdades escolares. Uma primeira série de reformas diz respeito à governança dos sistemas educacionais, ajustada à organização política e administrativa dos diferentes países (federal, centralizada, descentralizada, municipal, etc.). Uma segunda série de medidas visa, mais especificamente, a regulamentação das disparidades existentes nos contextos educacionais (métodos de alocação de alunos entre escolas, financiamento escolar, auxílio público, relações público-privadas). Por fim, uma terceira série trata mais especificamente das maneiras pelas quais o conhecimento escolar é transmitido e adquirido (treinamento de professores, reformas curriculares, aspectos didáticos e pedagógicos). Apesar das grandes diferenças inerentes aos regimes políticos que marcaram a história dos países estudados, é possível perceber semelhanças na cronologia das principais transformações ocorridas e nas constatações relativas aos seus limites: em primeiro lugar, com o objetivo de ampliar a escolaridade e, em segundo, com a constatação de que o acesso à escolaridade tem sido praticamente universalizado, mas que persistem grandes desigualdades em termos de trajetórias, resultados de aprendizagem e qualificações escolares.

Diversas pesquisas têm ajudado a identificar uma série de fatores e processos que contribuem para a produção de desigualdades: disparidades no acesso a estruturas educacionais hierárquicas, segregação externa (entre escolas) e interna (entre turmas), práticas de seleção e eliminação de alunos para reforçar a imagem e o desempenho de escolas concorrentes e o impacto do ambiente escolar (administrativo e espacial) em particular. É nesse contexto do efeito limite da democratização escolar e da persistência (ou até mesmo do agravamento) das desigualdades escolares ligadas a processos mal controlados que surge o problema social da discriminação escolar, embora com tons diferentes em cada país. Embora a desigualdade e a discriminação na escola se combinem e tenham efeitos cumulativos, o surgimento da discriminação na escola levou a uma série de deslocamentos. Em primeiro lugar, coloca em tensão os paradigmas políticos nos diferentes países estudados, a natureza dos laços sociais e o reconhecimento das minorias. A discriminação também está ligada a uma maior conscientização da necessidade de reconhecer todas as formas de opressão e inferioridade baseadas em etnia, gênero, deficiência ou pobreza. Esses temas são particularmente sensíveis, a ponto de, em alguns países, estarem na raiz de movimentos sociais que vão além dos problemas escolares, mas que têm suas origens neles.

A questão da discriminação renova, portanto, o conceito de igualdade na educação, que não se limita mais apenas ao desempenho no aprendizado ou às trajetórias escolares. Ela reconfigura a postura da escola em termos de ética, reconhecimento de identidades, especificidades culturais e respeito aos direitos humanos. Certos mecanismos que produzem desigualdade podem ser vistos sob uma nova luz quando prejudicam não apenas as trajetórias educacionais dos alunos, mas também sua dignidade. Esse é particularmente o caso quando certas formas de seleção escolar são baseadas não exclusivamente em critérios acadêmicos, mas em considerações externas ao desempenho escolar, como riqueza ou cor da pele. Dentro das escolas e salas de aula, a discriminação questiona as formas implícitas de seleção escolar por meio da influência de preconceitos étnico-raciais, sociais ou de gênero, entre outros. Como essas várias constatações são tratadas política, institucional e pedagogicamente? Esses são os objetivos visados por este dossiê.

Antes de apresentar as diversas contribuições, fornecemos detalhes de seus fundamentos epistemológicos e de sua construção metodológica. Os artigos se concentram em quatro países: França, Brasil, Chile e Argentina. Entretanto, não adotamos uma abordagem estritamente comparativa, mas de contextualização de problemas comuns, levando em conta as características específicas dos contextos nacionais. Nosso objetivo é identificar semelhanças, mas também diferenças entre esses países. Essas últimas podem estar relacionadas, por exemplo, a elementos temporais e a vínculos entre a pesquisa acadêmica e o campo político. Os artigos são o produto de um trabalho coletivo de vários anos na forma de seminários e grupos de trabalho. O objetivo era familiarizar os pesquisadores com as realidades dos contextos nacionais de todos os países envolvidos na pesquisa, com o objetivo de coconstruir questões comuns e, assim, evitar a justaposição de monografias nacionais. Como resultado, vários artigos foram escritos por mais de uma pessoa, com base em dados de diferentes países, com diferentes autores contribuindo para o texto como um todo. Em alguns casos, os pesquisadores puderam escrever sobre contextos nacionais diferentes dos seus. Essa aculturação cultural e acadêmica teve várias virtudes.

Ela não apenas permitiu que os pesquisadores adquirissem conhecimento uns dos outros, mas também que esclarecessem as realidades e complexidades específicas de cada país e sistema educacional, identificando o que não foi dito e o que está implícito, levantando as controvérsias científicas que os permeiam. Esse tipo de trabalho "intercultural" apresenta problemas inevitáveis de tradução semântica em vários níveis. O primeiro diz respeito aos idiomas usados: francês, português e espanhol. Tendo optado por apresentar o dossiê originalmente na França, alguns dos artigos foram inicialmente escritos nos idiomas

nacionais, o que suscitou problemas de tradução, não literal, mas de transposição de conceitos para outros contextos nacionais. Alguns desses conceitos não tinham equivalente em francês, o que exigiu um trabalho de reformulação e adaptação.

Por fim, outra questão relacionada à circulação do conhecimento em diferentes contextos nacionais, dizia respeito às palavras ou expressões usadas. Certas palavras e expressões usadas rotineiramente em relação a contextos históricos específicos não têm equivalente na França, ou são usadas de forma controversa ou até mesmo polêmica: raça ou indígena, por exemplo. Portanto, foi necessário levar em conta as realidades de cada contexto e, ao mesmo tempo, criar maneiras de possibilitar o diálogo entre os contextos nacionais. Outras palavras ou expressões não têm o mesmo significado de um país para outro, especialmente entre aqueles governados por um governo central e federal, o que tem um grande impacto na implementação das políticas educacionais. Por exemplo, os termos "central" e "local" não têm o mesmo significado, assim como o termo "Estado" quando se refere a uma união ou federação.

O artigo de Choukri Ben Ayed, Alicia Bonamino, Cynthia Paes de Carvalho, Sergio Martinic e Andrès Sharpe oferece uma visão geral de como a desigualdade e a discriminação são combinadas nos quatro países estudados. O artigo destaca semelhanças, mas também diferenças significativas, na forma como a cidadania é concebida nesses países e o grande impacto que isso tem na maneira como os dados estatísticos são compilados, no conhecimento da extensão da discriminação na educação e na extensão em que as minorias são reconhecidas. Em todos os quatro países, os autores enfatizam a "perda de ímpeto" da democratização como um terreno fértil para o surgimento da discriminação como um problema público, com as agendas políticas diferindo em cada país. O artigo de Cynthia Paes de Carvalho, Alicia Bonamino, Pedro Pinheiro Teixeira, Naira Muylaert e Karina Carrasqueira apresenta uma perspectiva histórica do desenvolvimento da pesquisa sobre desigualdade educacional e discriminação no Brasil. A partir de um foco inicial nas desigualdades socioeconômicas, outros temas, como raça, gênero, deficiência e religião vêm sendo gradualmente incorporados. Embora sejam tratados por meio de abordagens epistemológicas e metodológicas nacionais, a produção acadêmica mostra possíveis convergências com outros países.

Sergio Martinic e Marco Villalta comparam a questão da desigualdade e da discriminação educacional no Chile com as características do modelo neoliberal e de quase-mercado do sistema educacional chileno. O artigo mostra que esse modo de governança é parcialmente responsável pela expansão da desigualdade educacional e da discriminação, e

está na raiz dos movimentos sociais que visam mudá-lo e reabilitar a educação como um direito social fundamental. Sylvain Broccolichi revisita os paradoxos do sistema educacional francês em termos de desigualdade na escola. Ele mostra que, embora as principais leis que transformaram o sistema educacional no período pós-guerra tenham tido um impacto em termos de massificação, nas últimas décadas o sistema educacional francês registrou um aumento muito significativo das desigualdades na escolarização, destacado principalmente pela divulgação de dados estatísticos internacionais, como o PISA e o TIMSS. O autor faz uma distinção clara entre a maneira como as desigualdades na educação são compreendidas, enfatizando a lacuna que pode surgir entre os dados relacionados aos fluxos escolares e aqueles mais relacionados ao aprendizado. Ele propõe uma grade para analisar a expansão das desigualdades educacionais, considerando a formação inadequada de professores, a extensão da segregação escolar, bem como fatores relacionados à organização escolar ou à inadequação das políticas compensatórias. Choukri Ben Ayed parte dessa avaliação de um aumento crescente das desigualdades educacionais no contexto francês como condição para o surgimento do problema social da discriminação na educação. Ele enfatiza, porém, as tensões existentes entre a indiferenciação da cidadania republicana de estilo francês e a dificuldade de documentar com precisão os processos discriminatórios em ação. Ele mostra, entretanto, que as propriedades étnicas ou culturais dos alunos potencialmente discriminados são inseparáveis de suas posições sociais. Por fim, enfatiza a timidez das políticas francesas para combater a discriminação nas escolas e o fato de que elas são ineficazes.

A contribuição de Silvana Mesquita e Karina Carrasqueira ecoa em parte a de Sylvain Broccolichi sobre a formação de professores no contexto brasileiro. Elas se concentram no treinamento de professores, na profissionalização de professores e na eficácia das escolas. O artigo mostra o papel central desempenhado pela formação de professores em termos de equidade educacional e da reprodução das desigualdades educacionais. O artigo enfatiza um ponto particularmente importante: a baixa atratividade da profissão de professor no Brasil, ao mesmo tempo em que destaca o progresso significativo feito nos últimos anos, ainda que se mostre ineficaz na redução das desigualdades educacionais.

Ainda sobre o Brasil, Alicia Bonamino desenvolve um tema de estudo que é pouco conhecido na França: o federalismo brasileiro como fator explicativo das desigualdades na educação. Adotando uma perspectiva macrossociológica e política, o artigo examina a estrutura federal no Brasil, que tem um grande impacto sobre a forma como a educação é financiada e sobre as disparidades locais em termos de investimento em educação. Também se concentra particularmente no estado do Ceará, onde a melhoria nos resultados escolares

é acompanhada por uma redução nas desigualdades educacionais. Continuando a exploração dos pontos cegos na sociologia da educação, Sergio Martinic, Pedro Pinheiro Teixeira e Naira Muylaert analisam o impacto dos movimentos sociais envolvendo estudantes e escolas de ensino médio no Chile, em 2006, e no estado do Rio de Janeiro, em 2015-2016, durante reformas educacionais. Esses movimentos são motivados pela observação de enormes desigualdades na educação e pela crítica à falta de infraestrutura e à deterioração das condições de aprendizado. O artigo mostra as maneiras pelas quais essas mobilizações ocorram e sua capacidade de provocar transformações.

Pedro Pinheiro Texeira e Benoît Falaize analisam o tratamento das desigualdades e da discriminação nas escolas do ponto de vista das mudanças nos currículos escolares, contrastando as abordagens brasileira e francesa ao ensino de questões socialmente sensíveis. Os dois países têm em comum o fato de esses temas estarem relacionadas a valores religiosos, morais e de identidade. O ensino dessas questões pode assumir diferentes formas. No Brasil, a lei aprovada em 2003 tornou obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e da história dos africanos escravizados em uma perspectiva decolonial. Na França, a situação é mais complexa, com uma tentativa de combinar o ensino da natureza normativa dos valores republicanos com a inclusão nos programas de história da Shoah, da escravidão, da colonização, da guerra da Argélia e da imigração, para marcar uma ruptura com uma história nacional francocêntrica, em favor de uma abordagem mais plural.

Para encerrar este dossiê, Choukri Ben Ayed, Naira Muylaert e Jefferson Soares contrastam as políticas de inclusão social das grandes escolas da França com as políticas de ação afirmativa no contexto brasileiro. Enquanto na França essas políticas têm escopo muito limitado e são restringidas por considerações constitucionais, no Brasil a legislação federal optou por uma política de cotas. O artigo descreve o contexto político e filosófico na França que levou a essas políticas de "abertura", e que no Brasil levou à adoção da política de cotas.

Assim, longe de adotar uma abordagem ideológica, o dossiê se propõe a mostrar como a intersecção dos temas da desigualdade e da discriminação na educação constitui um campo de pesquisa particularmente frutífero do ponto de vista das comparações internacionais. Sem almejar transposições transnacionais ou a identificação de boas práticas, as intenções dos autores deste dossiê são contextualizar e documentar questões comuns, enfatizando pontos de convergência e variações nacionais específicas.

Este dossiê foi publicado no volume 28 de 2024 da *Revue Éducation Comparée*, intitulado: "*Les politiques éducatives au défi de la lutte contre les inégalités et les discriminations scolaires:*

un enjeu international aujourd'hui"[1]. Com autorização expressa da revista traduzimos os artigos para publicação na revista Educação Online como forma facilitar a divulgação também para o público de língua portuguesa pesquisas e discussões realizadas no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização Capes-Print/Departamento de Educação da PUC-Rio em sua Linha 2 "Desigualdades, práticas e instituições: desafios para as políticas públicas no campo da educação", que desenvolvemos entre 2019 e 2023.

Revisão textual: Mirna Juliana S. Fonseca
Submetido em: 08/03/2025

[1] Disponível em: https://siteafec-ly0pv0zd9z.live-website.com/education-comparee-volume-28-1-2/.